

Desindexação não deve englobar somente os salários, opina Macedo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, após audiência ontem com o presidente João Figueiredo, disse a este jornal que "temos que encontrar soluções para combater as altas taxas de inflação, mas os assuntos devem ser discutidos a nível dos vários ministros de Estado". Disse ainda que não conseguia também imaginar uma solução que se baseasse na desindexação exclusivamente nos reajustes dos salários, "pois isto seria a mesma coisa que ficar com o pé quebrado. A grande dúvida está neste ponto".

Macedo expressou sua opinião de qualquer decisão que venha a ser tomada

pela área econômico-financeira do governo no sentido de se fazer uma desindexação da economia brasileira "precedida por um amplo e profundo estudo pela complexidade que envolve". Fez questão de enfatizar: "Isto, no caso das autoridades econômicas chegarem à conclusão de que deve ser feita".

GRADUAL

Desindexação em uma economia como a nossa tem que ter sentido mais globalizante e isso em termos econômicos não é fácil. Acho que não se deve deixar de corrigir pela inflação apenas os salários mas sim todos os preços da economia. A medida, caso venha a ser recomendada pela área econômica do governo, deve também ser adotada de maneira gradual pela dificuldade de se avaliar o resultado final, já que poderemos vir a nos defrontar com problemas que não conhecemos. É preciso se adotar um raciocínio de prudência — disse ele.

Quanto à livre negociação de salários, afirmou que essa é uma meta que "procuramos alcançar, mas que na situação atual iria favorecer apenas os sindicatos de maior poder de pressão". A medida, se adotada atualmente, significaria aumento de salários para um determinado tipo de trabalhadores em detrimento de outros. "O que tornaria ainda mais injusta a política salarial".

POR ETAPAS

Temos que ir por etapas, pois deve existir um mínimo assegurado para que não haja grande diferença entre os trabalhadores com e sem poder de pressão. Outra coisa é que os trabalhadores passariam a exigir uma nova lei de greve, sob pena de voltarmos a ter no País um sem número de greves. Esse assunto tem que ser discutido com olhos voltados para o estágio anterior, que não está tão longe assim, e para o atual estágio da distribuição de renda salarial — afirmou.